



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS SANTANA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO 03/2016

Campus Santana

PROCESSO: 23228.000698/2016-70

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – CAMPUS SANTANA E A EMPRESA BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, PARA OS FINS NELE DECLARADOS.

Pelo presente instrumento público, o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – CAMPUS SANTANA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 10.820.882/0004-38, sediada em Santana/AP, na rua Ubaldo Figueira, 1333, bairro Nova Brasília, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Diretor-Geral, **MARLON DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO**, portador da carteira de Identidade nº. 233806, CPF nº 521.150.032-68, residente e domiciliado nesta cidade, com delegação de competência através da Portaria 320/2016 – GR/IFAP, e a empresa **BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 03.817.702/0001-50, com sede na Rua Rosulino Ferreira Guimarães, nº 839, Centro, Rio Verde - GO, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. **DÁRIO DA COSTA BARBOSA JÚNIOR**, portador da Carteira de Identidade nº. 750.371 SSP GO e CPF nº: 236.941.001-34, residente em Rio Verde-GO, têm entre si ajustado o presente CONTRATO mediante Clausulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente Contrato tem por fundamento legal o disposto no item XXI, do artigo 37 da Constituição Federal, a Lei nº 10.520/02, a Lei nº 8.666/93 e alterações e o Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o que consta nos autos do processo nº 23228.000698/2016-70 e os termos do Edital do Pregão nº 16/2016-IFAP, ao qual se vincula.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto deste Contrato é a **prestação de serviço, especificamente IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE DE SISTEMA INFORMATIZADO DE AUTOGESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS, DESTINADO AO GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, INCLUÍDOS OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E LOGÍSTICA DE REPOSIÇÃO para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – CAMPUS SANTANA**, de acordo com as especificações e quantidades apresentadas no quadro abaixo.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS SANTANA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ITEM DA ATA	ESPECIFICAÇÃO SIMPLIFICADA	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva de veículos, incluídos serviços de assistência e logística de reposição.	Serviço/ano	124	RS 162,22	RS 20.115,28
2	Fornecimento de peças, acessórios, componentes, pneus e materiais originais ou genuínos recomendados pelo fabricante de acordo com as características de cada veículo.	Serviço/ano	43	RS 592,37	RS 25.471,91
5	Fornecimento de combustível e lubrificantes (combustíveis dos tipos: gasolina comum, álcool comum, diesel comum, diesel s10; óleos lubrificantes para motores a gasolina, a álcool e a diesel).	Serviço/ano	3175	RS 3,78	RS 12.001,50
					RS 57.588,69
6	Serviço de Administração Implantação e operação de sistema informatizado de autogestão de frota de veículos (correspondente a 2,5% do montante fixo de serviço/material).	Serviço/ano	1	RS 1.439,72	RS 1.439,72
					RS 59.028,41

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

3.2. O presente contrato poderá ser prorrogado, sempre por termo aditivo, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, observados os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea e desde que autorizado formalmente pela autoridade competente, quais sejam:

- a) Os serviços forem prestados regularmente;
- b) A CONTRATADA não tenha sofrido punições de natureza pecuniária;
- c) A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- d) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- d.1) A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos de serviços continuados estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei; e
- e) A CONTRATADA manifeste, expressamente, no prazo de 30 (trinta) dias antes de encerrar a vigência do contrato, seu interesse na prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA – DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

 2



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS SANTANA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

4.1. Os serviços iniciar-se-ão no primeiro dia útil após o recebimento da ordem de serviço expedida pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor global deste contrato é de R\$ 59.028,41 (cinquenta e nove mil, vinte e oito reais e quarenta e um centavos), sendo que para o exercício de 2016 foi empenhado o valor de R\$ 3.999,00 (três mil, novecentos e noventa e nove reais).

CLÁUSULA SEXTA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da Natureza da Despesa 33.90.39-19; 30.90.30-39; 30.90.30-01 e 33.90.30-25 da Atividade serviço / TX de Serviço Manutenção, conforme Notas de Empenho nº 2016NE800010; 2016NE800011; 2016NE800012 E 2016NE800013.

6.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá CAMPUS SANTANA;

6.3. O valor empenhado para o exercício de 2016 é de R\$ 3.999,00 (três mil, novecentos e noventa e nove reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Estão dispostas no termo de referência, item 7.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Estão dispostas no termo de referência, item 8.

CLÁUSULA NONA – DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. A Contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura discriminada, mensalmente, em 2 (duas) vias, para liquidação da despesa pelo IFAP – **CAMPUS SANTANA**;

9.2. As faltas ao serviço, a serem apontadas pelo Fiscal do Contrato, desde que a Contratada não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em edital;

9.3. O IFAP poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste instrumento.

9.4. O pagamento de cada parcela será efetuado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta-corrente ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, até o 15º (décimo quinto) dia útil, em horário bancário, do mês posterior ao da prestação do serviço, contados após o recebimento da Nota Fiscal de Serviço/Fatura, devendo estar devidamente atestada por servidor designado para a fiscalização do contrato.

9.4.1. A primeira Nota Fiscal de Serviço/Fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação do serviço e o último desse mês;

9.5. O pagamento da Nota Fiscal de Serviço/Fatura está condicionado à apresentação das seguintes comprovações:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS SANTANA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

9.5.1. Cumprimento das obrigações contratuais assumidas;

9.5.2. Manutenção de todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

9.6. No ato do pagamento será realizada consulta ao SICAF (via “online”), e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização;

9.6.1. Não ocorrendo à regularização, proceder-se-á com a rescisão contratual.

9.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo IFAP, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM – Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP – Valor da prestação a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$

$I = (6/100)/365 \text{ I} = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham ser aplicadas conforme disposto no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a Adjudicatária deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, dentre as seguintes modalidades:

a) Seguro-garantia.

b) Fiança bancária.

c) Caução em dinheiro ou título da dívida pública.

10.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

10.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.2.2. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.2.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;

10.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.2;

10.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS SANTANA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

10.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

10.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.7. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

10.8. A garantia será considerada extinta:

10.8.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

10.8.2. Após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

10.9. O contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

10.9.1. Caso fortuito ou força maior;

10.9.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

10.9.3. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

10.9.4. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.11. Estão dispostas no termo de referência, item 13 (DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS

12.1. A CONTRATADA quando punida poderá recorrer dos atos da CONTRATANTE, fazendo uso das modalidades de recursos elencadas no Artigo 109 da Lei 8.666/93, e nos demais casos constantes dos incisos XIII e XVI, do Artigo 78 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no Artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O presente Contrato poderá ser rescindido por ato escrito e unilateral da Administração, nos casos enumerados no Artigo 78, incisos I a XVIII; amigavelmente, por acordo entre as partes, por decisão judicial, conforme o disposto no Artigo 79, inciso III da Lei 8.666/93 e nos demais casos constantes dos incisos XIII a XVI, do Artigo 78, da mesma Lei.

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CPE _____

CPE _____



TERMO ADITIVO

CONTRATO 03/2016

PROCESSO : 23228.000698/2016-70

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2016, CELEBRADO ENTRE O IFAP - CAMPUS SANTANA E A EMPRESA BRASIL CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE DE SISTEMA INFORMATIZADO DE AUTOGESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS, DESTINADOS AO GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E LOGÍSTICA DE REPOSIÇÃO PARA O IFAP, CAMPUS SANTANA, NA FORMA ABAIXO.

A **UNIÃO**, por intermédio do Instituto Federal do Amapá – Campus SANTANA, com sede na Rodovia Duca Serra, 1133, Bairro Fonte Nova, Santana - AP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.820.882/0004-38, por meio da Direção Geral, neste ato representado pelo Diretor Geral, Senhor **Marlon de Oliveira do Nascimento**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº **233806/AP** e do CPF nº **521.150.032-68**, nomeado pela Portaria nº 320/2016/IFAP, publicada no D.O.U. De 31/03/2016, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, e a **BRASIL CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.817.702/0001-50, com sede na rua Rosulino Ferreira Guimarães, 839, Bairro Centro, cidade de Rio Verde GO, neste ato representado pelo Sr. **Dário da Costa Barbosa Júnior**, RG nº **750.371 SSP/GO**, CPF nº **236.941.0001-34**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

O presente termo aditivo tem por objetivo **prorrogar** por mais 12 (doze) meses, a parti de sua assinatura, o contrato nº 03/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DO CONTRATO

Este termo aditivo **NÃO** altera a vigência do atual contrato, com a prorrogação fica mantido sua vigência de 02 de dezembro de 2017 até o dia 01 (um) de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DO CONTRATO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 03/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente termo aditivo ao Termo de Contrato 03/2016 em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Santana/AP, 21 de novembro de 2017

Karine Campos Ribeiro

Diretora Geral Substituta campus Santana

Portaria nº 1.904/2016/GR/IFAP

Dário da Costa Barbosa Júnior

CPF nº 236.941.0001-34

BRASIL CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA